

Nota de Repúdio

Mais uma vez a Fundação UNIRG demonstra claro desrespeito à Gestão Acadêmica da Universidade, impondo de forma autoritária a vontade do Prefeito, e determinando por meio da portaria 446/2019, emitida na tarde do dia 17 de junho, o reestabelecimento das 24 horas comuns, do enquadramento anterior, interferindo na academia e desconsiderando totalmente o órgão máximo da Instituição, que é o Conselho Acadêmico Superior. Em um gesto unilateral, de quem não compreende absolutamente nada de questões acadêmicas e que pretende continuar fazendo da Academia um curral, onde professores são conduzidos feito gado humano, sem direito a qualquer manifestação e autonomia.

A portaria 446/2019, além de vários erros materiais, subverte completamente a autonomia universitária, pois intervém em questões pedagógicas, sendo implementada em um momento em que todas as coordenações dos Cursos existentes, já haviam estabelecido os horários de aulas para o próximo semestre. **Quem deve e pode alterar carga horária docente é a Academia e não a Fundação.**

É um documento que ataca diretamente às conquistas, direitos e definições estabelecidas de forma democrática nas instâncias da Universidade e ao arrepio da Lei e do Conselho Acadêmico Superior, a instância maior da Academia, tirando toda autonomia da gestão acadêmica, enfraquecendo ainda mais o que ainda nem chegamos a conquistar definitivamente: o status de Universidade.

A política de sonegação de direitos trabalhistas aos docentes na UNIRG é histórica e se aprofunda cada vez mais considerando alguns fatos que seguem: (a) - ao considerar apenas o salário base para fins de cálculo, não honra o pagamento da Dedicação Exclusiva conforme a lei; (b) - não paga adicional noturno como previsto aos docentes que tem jornada de trabalho após as 22 horas; (c) - não paga insalubridade, periculosidade, licenças-capacitação; (d) - criou impedimentos para concessão de licença prêmio, e quando concede, o faz não observando os critérios previstos em lei e deixando de cumprir as regras impostas pela própria Fundação; (e) - não paga há tempos no prazo correto e cria mecanismos de morosidade para fazer acertos de progressões vertical e horizontal, que vem sendo insistentemente requeridas e protocoladas dentro do prazo legal, algumas destas progressões pendentes desde 2016; (f) - Até o momento NÃO garantiu os direitos trabalhistas legalmente garantidos e principalmente da recomposição salarial, muito menos a retroatividade prevista em lei, pela data base em janeiro.

E agora de forma violenta, jamais pensada em uma sociedade e uma IES democrática, a Presidência da Fundação resolve atropelar outros direitos fundamentais para a consolidação da UNIRG.

Não será desta forma que iremos recuperar o descalabro financeiro gerado pela construção de infraestrutura, que está sendo feita com meros fins de projeção eleitoreira do alcaide, sem participação da comunidade universitária e à custa da sonegação de direitos trabalhistas fundamentais. Tijolos, cimento e interesses políticos eleitorais não podem valer mais do que a carreira docente, que se encontra ameaçada, inclusive com clara tentativa de fatiamento e revogação da Lei 1755/08, lei de Carreira, Cargos e Salários dos professores da UNIRG. Não será pondo fim a autonomia da Universidade, destruindo a democracia na Unirg que iremos construir e consolidar a UNIRG como uma Universidade Pública, Democrática e Comprometida com o Desenvolvimento Regional.

Considerando os graves fatos, a APUG convocará uma Assembleia Docente para discutir e aprovar propostas em protesto contra essa barbárie praticada em nome do mesmo mercantilismo que pretende fechar cursos e impor jornada de trabalho com referencia apenas no ensino, sem considerar pesquisa e extensão como parte fundamental do tripé básico da Universidade.

Caso a portaria não seja revogada, além da possibilidade de recursos jurídicos com base na interferência administrativa na autonomia acadêmica, fragilizando a gestão e produzindo intranquilidade geral aos docentes e também aos servidores da instituição, por medidas que fogem totalmente à razoabilidade e com atitudes autoritárias tomadas sem respeito às etapas internas de debates e decisões dentro da própria Universidade, só nos resta o caminho da paralização docente.

ESTA PORTARIA REPRESENTA UM VIOLENTO ATAQUE AOS DIREITOS DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, AOS PRINCÍPIOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA UNIVERDADE UNIRG.

DIRETORIA APUG-SSIND